



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
GABINETE DO MINISTRO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 955766/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB/MDA)

Nome da autoridade competente: Ana Terra Reis

Número do CPF: **394**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 07 de junho de 2024

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 490070 – Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar / Gestão 001

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 490070 – Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar / Gestão 001

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Nome da autoridade competente: Irineu Manoel de Souza

Número do CPF: ***037***

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural – Centro de Ciências Agrárias (UFSC)

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 04 de julho de 2022 (SEI 31888042)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153163 – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: 15237 - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

3. OBJETO

Realizar ações no âmbito do Programa Mais Gestão para promoção e fortalecimento de cooperativas, associações e empreendimentos solidários da agricultura familiar para comercialização e acesso aos mercados para agricultura familiar dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1 Metas e ações:

1. Estruturação do Projeto;
2. Mobilização e diagnósticos referente às 60 cooperativas e associações dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná selecionadas;
3. Elaboração Participativa dos Planos de Gestão das 60 cooperativas e associações selecionadas;
4. Assistência técnica em gestão organizacional para as 60 cooperativas selecionadas; e,
5. Monitoramento e avaliação dos resultados desta parceria com dados e indicadores junto às 60 cooperativas e associações selecionadas.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Muitas organizações da agricultura familiar têm como um de seus propósitos aprimorar a gestão econômica das atividades produtivas desenvolvidas por seus integrantes. No entanto, essas entidades ainda enfrentam deficiências, como a falta de apropriação de ferramentas de gestão, limitada capacidade de planejamento a médio e longo prazo, e baixos investimentos na modernização de seus processos. Neste cenário as organizações devem adquirir continuamente novas habilidades, instrumentos e ferramentas para resistir aos desafios, riscos e incertezas do mercado, garantindo a continuidade e a viabilidade de seus empreendimentos.

Embora o objetivo principal das organizações da agricultura familiar não esteja unicamente na busca por resultados econômicos, é imperativo que elas tenham uma estrutura eficaz que gere renda aos agricultores. Elemento essencial para a sobrevivência da agricultura familiar e estabelecer planos de crescimento sustentado ao longo do tempo que permita prosperar.

De acordo com o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2023, divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em colaboração com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os números revelam o impacto significativo da agricultura familiar no Brasil. Atualmente, o país abriga 3,9 milhões de propriedades de agricultura familiar, representando impressionantes 77% de todos os estabelecimentos agrícolas.

Quanto à extensão de terras, as propriedades de agricultura familiar ocupam 23% do total de terras agrícolas, o que equivale a 80,8 milhões de hectares. Além disso, essas propriedades desempenham um papel fundamental na economia, contribuindo com 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional e proporcionando empregos para 67% da população que trabalha no campo, totalizando 10,1 milhões de trabalhadores. É importante notar que, na

agricultura familiar, tanto a produção de alimentos quanto a gestão das propriedades são predominantemente conduzidas pelas próprias famílias. No Estado de Santa Catarina, encontramos mais de 140 mil estabelecimentos agropecuários dedicados à produção para comercialização. A agricultura familiar é a principal força motriz nas atividades produtivas, envolvendo quase 500 mil pessoas no cultivo de cerca de dois milhões de hectares de terras para lavouras, além de 970 mil hectares de florestas e a criação de milhares de animais (EPAGRI, 2023).

Quando se trata de acesso a orientação técnica, observa-se que, em 2017, 82% dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar em todo o Brasil não recebiam atendimento. Além disso, o Censo Demográfico de 2022 também trouxe dados sobre territórios e população de quilombolas no Brasil. Segundo o IBGE, o país abriga 167.202 pessoas em territórios quilombolas, enquanto outras 1.160.600 estão fora dessas áreas, o que representa 87,41% do total. Na Região Sul do Brasil, 3.836 pessoas residem em territórios quilombolas (13,20%), enquanto 25.220 pessoas vivem fora dessas áreas (86,60%). O Rio Grande do Sul lidera a região com 193 localidades quilombolas, seguido pelo Paraná, com 86, e Santa Catarina, com 40. Essas informações ilustram o universo completo de possíveis beneficiários das políticas públicas voltadas para o meio rural, que são o foco de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Tabela 1 - Estimativa de localidades quilombolas recenseáveis no Sul do Brasil (2019)

| Brasil e Unidade da Federação | Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e definidos em setores censitários | Agrupamentos quilombolas definidos em setores censitários | Outras localidades quilombolas | Totais |
|-------------------------------|---|---|--------------------------------|-------------|
| Brasil | 404 | 2308 | 3260 | 5972 |
| Sul | 36 | 84 | 199 | 319 |
| Paraná | 7 | 30 | 49 | 86 |
| Santa Catarina | 5 | 11 | 24 | 40 |
| Rio Grande do Sul | 24 | 43 | 126 | 193 |

Fonte: IBGE, Informações em consolidação para o Censo Demográfico 2020.

Em agosto de 2023 a FUNAI divulgou os dados do censo de 2022 referentes às áreas indígenas do país, conforme levantamento realizado pelo IBGE. A tabela 2 traz os dados referentes às áreas indígenas na região Sul do Brasil, com uma estimativa total de 301 localidades indígenas nessa região. Os dados do Censo de 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas, dos quais 88.097 indígenas estão na Região Sul do Brasil (5,20%).

Tabela 2 - Estimativa de localidades indígenas recenseados no Sul do Brasil (2019)

| Estimativa de Localidades Indígenas recenseáveis | | | | |
|--|--|---|------------------------------|-------------|
| UF | Terras Indígenas oficialmente delimitadas e definidas em setores censitários | Agrupamentos indígenas definidos em setores censitários | Outras localidades indígenas | Totais |
| Brasil | 632 | 5494 | 977 | 7103 |
| Sul | 77 | 139 | 85 | 301 |
| Paraná | 24 | 42 | 6 | 72 |
| Santa Catarina | 25 | 45 | 43 | 113 |
| Rio Grande do Sul | 28 | 52 | 36 | 116 |

Fonte: IBGE, Informações em consolidação para o Censo Demográfico 2020.

Os dados do INCRA (2021) mostram que na região Sul do país existem 839 projetos de assentamentos de reforma agrária. A tabela 3 aponta o total de assentamentos da reforma agrária e a capacidade de famílias assentadas nessas áreas nos estados da região Sul do Brasil. O Paraná possui capacidade de 20.544 famílias assentadas, o Rio Grande do Sul vem em seguida com 13.759 famílias, enquanto Santa Catarina tem capacidade para 5.998 famílias.

Tabela 3 - Assentamentos de Reforma Agrária no Sul do Brasil e Capacidade de Famílias

| Assentamentos de Reforma Agrária e Capacidade de Famílias | | |
|---|------------------------|---------------------------|
| Brasil e Unidade da Federação | Capacidade de Famílias | Projetos de Assentamentos |
| Paraná | 20.544 | 332 |
| Rio Grande do Sul | 13.759 | 345 |
| Santa Catarina | 5.998 | 162 |
| Total SUL | 40.301 | 839 |
| BRASIL | 1.188.191 | 9.432 |

Fonte: INCRA, 2021

Em levantamento realizado pela UFSC, relacionado ao cooperativismo em áreas de reforma agrária, foram identificadas 162 cooperativas organizadas por famílias assentadas em todo o Brasil. Deste total, 61 cooperativas (37,65%) estão sediadas nos três estados do Sul do Brasil, sendo 28 no Paraná, 24 no Rio Grande do Sul e 9 em Santa Catarina. Classificando essas cooperativas, 3 são cooperativas centrais, 1 cooperativa de crédito, 3 cooperativas de prestação de serviço e 54 são cooperativas de produção. A tabela 4, apresenta uma síntese da distribuição das cooperativas de reforma agrária no Brasil.

Tabela 4 - Cooperativas de Reforma Agrária no Sul do Brasil

| Unidade da Federação | Cooperativas da Reforma Agrária |
|----------------------|---------------------------------|
| Paraná | 28 |
| Rio Grande do Sul | 24 |
| Santa Catarina | 9 |
| SUL | 61 |
| BRASIL | 162 |

Fonte: UFFS e MST.

Esses dados demonstram o universo total de beneficiários potenciais das políticas públicas do meio rural que se constituem como foco de ação do MDA. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) tem como missão fortalecer e apoiar a comercialização e acesso a mercados para os agricultores familiares, de agricultores assentados da reforma agrária, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas, de agricultores urbanos e periurbanos, assim como seus empreendimentos e organizações econômicas. Considerando que o Governo Federal está concentrando esforços para reconstrução das políticas públicas para aquisição e comercialização de alimentos, autuação Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB/MDA), busca o fortalecimento das parcerias entre as Universidades e o MDA na orientação e formulação democrática das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Considerando o cenário apresentado e em consonância com o objetivo do Programa Mais Gestão, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), pela Portaria MDA nº 26 de 10 de agosto de 2023, que se caracteriza pelo apoio às cooperativas, associações e agroindústrias da agricultura familiar na qualificação da gestão dos empreendimentos da agricultura familiar e de acesso aos mercados, este projeto visa realizar ações de qualificação da Gestão dos empreendimentos da Agricultura Familiar no âmbito do Programa Mais Gestão nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Nesse contexto, torna-se essencial promover uma maior profissionalização das cooperativas por meio da implementação de uma metodologia unificada. Isso é crucial para ampliar a adoção dessa iniciativa em todas as regiões do país, superando os desafios e a diversidade estrutural que caracterizam a agricultura familiar no Brasil.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis e fundada em 1960, tem forte atuação no ensino, pesquisa e extensão e torna-se um parceiro salutar no desenvolvimento de ações estratégicas vinculadas ao MDA. A comunidade universitária é constituída por cerca de 70 mil pessoas, entre docentes, técnicos-administrativos em Educação e estudantes de graduação, pós-graduação, ensino médio, fundamental e básico. São mais de 5.600 servidores, aproximadamente 2.500 professores e 3.200 TAEs (UFSC, 2018). É uma Universidade pública e gratuita, e possui campi em mais quatro municípios: Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau. Os campi foram instituídos com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de interiorização da Universidade para outras regiões em Santa Catarina.

Seu comprometimento com a excelência e a solidariedade faz com que alcance altos níveis de qualificação, participando da construção de uma sociedade mais justa e democrática. No World University Ranking 2022 da Times Higher Education, consultoria britânica na área da educação superior, a UFSC é a única do estado a figurar no ranking e aparece como a 6ª melhor da América Latina da lista. O Ranking Universitário Folha (RUF), edição 2022, avaliou 195 instituições do país, a UFSC desporta como a 6ª melhor universidade do país. Entre as federais do Brasil, a UFSC é a 4ª colocada, e a 2ª melhor universidade da Região Sul. De acordo com o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação em 2022, a UFSC é a quarta melhor universidade federal do país, a sétima no ranking geral. O IGC de 4,14 pontos de cinco possíveis, coloca a instituição catarinense entre as universidades consideradas de excelência pelo MEC.

Além do excelente posicionamento da Universidade em termos de ensino, pesquisa e extensão, a junção de esforços da UFSC e MDA torna-se salutar na qualificação da Gestão dos empreendimentos da Agricultura Familiar no âmbito do Programa Mais Gestão nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, visto que desde a criação do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSC, em 1975, a Universidade tem forte atuação junto aos diferentes segmentos da agricultura, desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão.

A parceria entre o MDA e a UFSC possibilitará aportar esse conjunto de experiências e conhecimento para a construção de programas de acompanhamento às organizações cooperativas e associativas do meio rural da Região Sul, de forma a buscar assegurar o acesso de parte da população camponesa e indígena às políticas públicas e aos seus direitos de cidadania, ao passo que promovam o desenvolvimento rural numa perspectiva sustentável e que gere espaços de autonomia para os povos do campo.

Os laboratórios envolvidos com este Projeto são laboratório com intensa experiência no âmbito da extensão tendo desenvolvido ao longo do tempo inúmeros trabalhos junto às agriculturas familiares do estado de Santa Catarina. Abaixo elencamos os laboratórios que estão envolvidos com o Projeto:

O Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) tem experiência com a área de desenvolvimento rural e agricultura familiar, desde 2010. Na sua relação com os agricultores, o seu objetivo é ampliar o valor agregado pelos produtos, especialmente quando se trata da produção de alimentos limpos. Os resultados de pesquisas, estudos e ações de extensão são disponibilizados para entidades de ensino e extensão rural. Apoia e estuda processos comerciais relacionados a Cadeias Produtivas; circuitos de comercialização e bioeconomia alimentos orgânicos e agroecológicos, que beneficiam agricultores familiares e suas organizações.. Na extensão, executa e acompanha projetos de extensão como o da Feira de alimentos orgânicos CCA/UFSC que reúne

toda sexta feira 30 agricultores que comercializam sua produção. Outro projeto é a Células de Consumidores Responsáveis, iniciada em 2017, que engloba 400 consumidores organizados diretamente conectados a 54 famílias agricultoras.

O Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMAT), constituído de 2002, para desenvolver pesquisas sobre os temas da Multifuncionalidade Agrícola, Desenvolvimento Territorial Sustentável, políticas públicas de desenvolvimento rural e Cooperativismo. Participa de redes de cooperação nacional e internacional, com destaque para o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement e o Curso de Agronomia de Dijon da França.

O Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da UFSC, foi fundado em 2006. Desenvolve ações de pesquisa, ensino e extensão, sobretudo na linha do conhecimento científico politicamente orientada para as populações fragilizadas socialmente. Sua atuação privilegia os camponeses assentados pela Reforma Agrária com a finalidade precípua de viabilizar economicamente sua permanência no campo, o que nos vincula politicamente aos movimentos sociais do campo, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua linha de pesquisa científica envolve diversos campos do conhecimento das ciências agronômicas e sociais, balizados pela sustentabilidade econômica, social e ambiental na produção de alimentos saudáveis produzidos agroecologicamente.

A equipe multidisciplinar conta com a participação de graduandos, pós-graduandos, professores e técnicos. O Laboratório de Estudos Rurais (LERU) tem desenvolvido pesquisas e ações de extensão sobre Trabalho, gênero e agroecologia; Gestão rural, trabalho e economia familiar; Tecnologias, agricultura e sociedade. Tais temáticas têm permitido debater e investigar com profundidade os aspectos sociais, econômicos e ambientais do rural brasileiro. Trata-se de um espaço direcionado à promoção e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, em que estão envolvidos regularmente colaboradores e estudantes bolsistas e voluntários.

6. SUBDESCRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
() Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- () Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Ressarcimento das despesas operacionais da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento em Conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina no valor que corresponde a 14% do valor global pactuado (7% para a Fundação + 7% para a UFSC).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

| META | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total (R\$) | Início | Fim |
|--|---|--|------------------|----------------|-------------------|------------|------------|
| META 1 Estruturação do Projeto | 1.1. Constituição da equipe de coordenação e apoio (docentes, discentes e técnicos administrativos selecionados para atuar no projeto durante a execução do ted (23 meses) | Docentes, discentes e técnicos administrativos selecionados para atuar no projeto durante a execução do ted (23 meses) | 23 | 36.423,33 | 837.736,59 | 16/06/24 | 31/05/2026 |
| | 1.2. Seleção e contratação de Fundação de Apoio (7% para a fundação e 7% Ressarcimento UFSC Conforme resolução Normativa da classificação do Projeto) | Fundação | 1 | 700.000,00 | 700.000,00 | | |
| | 1.3. Elaboração do Plano de Ação Geral e Aprovação pelo MDA | Plano | 1 | 0,01 | 0,01 | 16/06/2024 | 31/05/2026 |
| META 2 Sensibilização e Mobilização | 2.1- Sensibilização e Mobilização de entidades e instituições representantes da agricultura familiar para acompanhamento e avaliação dos rumos e ações do projeto | Encontro | 1 (várias ações) | 30.000,00 | 30.000,00 | 01/07/2024 | 31/05/2026 |
| | 2.2. Selecionar (manter/substituir) as 60 organizações formais da agricultura familiar, e/ou assentados da reforma agrária e/ou povos e comunidades tradicionais | Empreendimentos | 60 | 0,01 | 0,60 | 01/08/2024 | 31/05/2026 |
| | 2.3- Seleção e Contratação de Analistas e Extensionistas (pessoa física) para atuar junto à equipe coordenadora e as instituições representantes da agricultura familiar | Três (3) Analistas para atuar por 23 meses | 23 meses | 31.791,91 | 731.213,93 | 01/07/2024 | 31/05/2026 |
| | 2.3.1 - Seleção e Contratação de Analistas (pessoa física e/ou pessoa jurídica) para atuar junto às organizações selecionadas (06 analistas, mais fundo de reserva) | Sete (7) Analistas para atuar por 20 meses | 20 meses | 70.000,00 | 1.400.000,00 | 01/07/2024 | 31/05/2026 |
| | 2.3.2 Contratação de profissionais e/ou Bolsistas para as especificidades dos planos de ação - RPAs | Mês (contratar 6 profissionais para atuar até 18 meses) | 1 | 100.000,00 | 100.000,00 | 01/08/2024 | 31/05/2026 |
| | 2.3.3 - Contratação de profissionais e/ou MEI e/ou Bolsistas para especificidades dos planos de ação | Despesas com contratação de profissionais e/ou MEI e/ou Bolsistas para especificidades dos planos de ação | 1 | 80.000,00 | 80.000,00 | 01/08/2024 | 31/05/2026 |
| | 2.4- Capacitação da equipe executora do projeto | Capacitação | 1 | 0,01 | 0,01 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |
| META 3 Diagnóstico e Elaboração Participativa dos Planos de Gestão (ATIVIDADES PRÉ-FIXADAS) | 3.1- Diagnóstico, validação do diagnóstico e análise do nível de maturidade. | Diagnósticos | 60 | 400,00 | 24.000,00 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |
| | 3.2- Encontros estaduais com a Equipe Técnica para, apresentação das demandas validadas nos Diagnósticos, confirmação do Nível de Maturidade de Gestão, e indicação de metodologias e ferramentas para uso nos Planos de Ação (3 encontros, 01 em cada estado). | Encontro | 6 | 25.000,00 | 150.000,00 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |
| | 3.3- Elaborações dos Planos de Ação (com indicação de ferramentas adaptadas para realidade de cada organização) | Plano | 60 | 400,00 | 24.000,00 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |
| | 3.4- Assinatura do termo de adesão ao Plano de Ação desenvolvido, 01 por empreendimento | Termos de adesão | 60 | 400,00 | 24.000,00 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |

| | | | | | | | |
|---|--|--|--|-----------|------------|------------|------------|
| | 3.5- Oficinas de Formação de Gestores das organizações selecionadas (Orientações técnicas sobre boas práticas de gestão de Empreendimentos Solidários) | Oficinas | 3 | 17.000,00 | 51.000,00 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |
| | 3.6- Seminário de divulgação do programa de compras institucional. (divulgação de P.P. direcionadas ao público beneficiário on line) | Seminário | 1 | 0,01 | 0,01 | 01/10/2024 | 31/05/2026 |
| META 4 Assistência técnica em gestão organizacional - conforme demanda ATIVIDADES SELECIONÁVEIS | 4.1- Visitas técnicas dos Analistas e/ou coordenação para tratar de inconformidades e/ou ajustes e/ou aprofundamento dos diagnósticos em áreas específicas da gestão (média: 3/estado por empreendimento atendido) | Despesas (diárias, aluguel de carro, gasolina, pedágios, entre outras) com atendimento às organizações | 500 (visitas diárias) | 825,95 | 412.975,00 | 01/01/2025 | 31/05/2026 |
| | 4.2- Oficinas técnicas de formação e qualificação, coletivas ou por Estado, realizada pela Equipe de Gestão de Projeto. | Oficina | 6 | 16.000,00 | 96.000,00 | 01/01/2025 | 31/05/2026 |
| | 4.3- Encontros locais de trocas de experiências, intercooperação territorial e cooperativismos (1/por estado) | Encontro | 6 | 16.000,00 | 96.000,00 | 01/01/2025 | 31/05/2026 |
| META 5 Monitoramento e avaliação dos resultados | 5.1- Acompanhamento das ações pelo MDA | Relatório | 1 (várias ações / passagens / deslocamentos) | 49.627,48 | 49.627,48 | 01/08/2024 | 31/05/2026 |
| | 5.2- Visita técnica dos analistas nas organizações selecionadas, monitoramento e acompanhamento das soluções indicadas no plano de ação (01 por empreendimento) | Atendimento | 60 | 523,98 | 31.439,39 | 01/04/2025 | 31/05/2026 |
| | 5.3- Elaborar plano e estratégia de comunicação e divulgação do TED nos 3 Estados | Estratégia de divulgação | 1 | 30.000,00 | 30.000,00 | 20/09/2024 | 31/05/2026 |
| | 5.4- Apresentação dos Resultados do projeto em eventos nacionais e/ou internacionais – 3 apresentações | Apresentações | 3 | 4.000,00 | 12.000,00 | 01/04/2025 | 31/05/2026 |
| | 5.5- Relatórios parciais das atividades e entregas executadas em cada meta | Relatório | 2 | 0,01 | 0,02 | 01/04/2025 | 31/05/2026 |
| | 5.6- Evento de apresentação do Resultado para a Sociedade, encerramento do Projeto - com 1 gestor por organização selecionada (mais fundo de reserva) | Evento | 1 | 90.006,95 | 90.006,95 | 01/01/2026 | 31/05/2026 |
| | 5.7- Evento MDA e os Demais TEDs | Evento | 1 | 30.000,00 | 30.000,00 | 01/01/2026 | 31/05/2026 |
| | 5.8- Relatório final | Relatório | 1 | 0,01 | 0,01 | 01/01/2026 | 31/05/2026 |

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

| MÊS/ANO | VALOR (R\$) |
|---------------|--------------|
| Junho/2024 | 2.100.000,00 |
| Setembro/2024 | 900.000,00 |
| Abril/2025 | 2.000.000,00 |

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

| CÓDIGO | CUSTO INDIRETO | VALOR |
|--|----------------|------------------|
| 339039 - Outros Serviços de terceiros – pessoa jurídica (Execução do projeto na Universidade Federal de Santa Catarina) | Não | R\$ 4.300.000,00 |
| 339039 - Outros Serviços de terceiros – pessoa jurídica (Contratação da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento em Conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina, Ações do Projeto) | Sim | R\$ 700.000,00 |

Data da assinatura eletrônica.

IRINEU MANOEL DE SOUZA
Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

12. APROVAÇÃO

Data da assinatura eletrônica.

ANA TERRA REIS

Secretaria da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar
Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



Documento assinado eletronicamente por **Irineu Manoel de Souza, Usuário Externo**, em 29/12/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Terra Reis, Secretário(a) de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar**, em 31/12/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49261739** e o código CRC **034C9D74**.